



UNIVERSIDADE  
E D U A R D O  
MONDLANE

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**Curso de Licenciatura em Serviço Social**

***MECANISMOS DE PROTECÇÃO SOCIAL ADOPTADOS PELAS FAMÍLIAS DA CIDADE DE  
MAPUTO (2019-2021) - ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE MABOTINE***

**Autor: Isac Domingos Araújo Joaquim Paço**

**Supervisora: Msc. Catarina Cuambe**

**MAPUTO, DEZEMBRO DE 2021**

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**

**Departamento de Sociologia**

**Curso de Licenciatura em Serviço Social**

Trabalho de Fim do Curso

*Mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias da cidade de Maputo (2019-2021):  
estudo de caso da comunidade de Mabotine*

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane.

**Autor:** Isac Domingos Araújo Joaquim Paço

**Supervisora:** Msc. Catarina Cuambe

**MAPUTO, DEZEMBRO DE 2021**

**Isac Domingos Araújo Joaquim Paço**

Mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias da cidade de Maputo (2019-2021): estudo de caso da comunidade de Mabotine.

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane.

Mesa de Júri

Supervisora

Presidente

Oponente

---

---

---

Maputo, aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

## **DECLARAÇÃO DE HONRA**

Eu, Isac Paço, declaro por minha honra que o trabalho do fim do curso que se segue é de minha autoria e nunca foi apresentado, parcial ou integralmente, para obtenção de qualquer grau académico, ou para outro fim desconhecido e que o mesmo é produto duma investigação pessoal, estando indicada toda bibliografia utilizada para sua elaboração.

Maputo, Dezembro de 2021

---

(Isac Domingos Araújo Joaquim Paço)

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho monográfico à minha falecida mãe, Rita da Graça GimoDiache pela educação, carinho e ousadia. Dedico o mesmo trabalho a uma outra grande mulher batalhadora, que Deus a tenha, refiro a minha tia Laurinda da Graça Paiva, pelos ensinamentos e amor.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeira e imensamente, à Deus pelo dom da vida e protecção durante o percurso académico. Em segundo lugar, agradeço imensamente ao meu irmão, Pascoal Paço que, de forma incansável deu-me a oportunidade de poder fazer um curso superior sob a sua custódia em todos sentidos: alojamento, apoio pecuniário, etc. Foram momentos de muitas dificuldades, apoios, ensinamentos até conseguir chegar neste nível. Muito obrigado irmão. Deus te abençoe grandemente.

Agradeço também ao meu irmão, Narciso Paço que, ao longo dessa caminhada académica me apoiou moral e financeiramente. Contribuiu, também, bastante para a minha formação, muito obrigado irmão. Deus te abençoe. Agradecimentos extensivos à toda minha família, muito obrigado pelo apoio e pela força, “mwatchita mbhassa”.

De forma geral, agradeço aos meus colegas do curso de Licenciatura em Serviço Social-2017, em especial a Rosa Boene, Victor Boene, Donald Muianga, Elísio Dista, António Malló, Alberto Mandire, Crescência, Eurídice, Leta, Argência, Deolinda, Ângela. Entre outros, muito obrigado família.

Agradeço imensamente a minha supervisora e docente Msc. Catarina Cuambe. Honestamente falando, não sei o que seria de mim se não fosse a orientação desta grande mulher: simpática, activa, persuasiva, crítica e sempre presente. Kxanimambo professora, continue com esse dinamismo, quero ver-lhe em outros patamares.

Ao corpo Docente do curso de Licenciatura em Serviço Social, refiro ao PhD. Hinervo Marqueza, PhD. Chico Faria, PhD. Baltazar Muianga, Msc. Emídio Moiana, dr. Guilamba, dra. Deborah, Msc. Joana de Almeida, Msc. Sara Pinto, o meu muito obrigado pelos ensinamentos proporcionados nestes 4 anos. Foram anos de muito debate, interacção, aprendizagem, ameaças, que influenciaram para que eu tivesse o título que carrego hoje de Assistente Social.

Aos meus amigos e primos: Paulo Nanvua, Elísio, Abel, Felício Abadre, Mbiza, Xavier Malova, dr. Abiatar vilanculos, Zélio, RachidAmisse, minha namorada Estrela Cumbana. Muito obrigado pelo apoio. Estendo os meus agradecimentos à todos aqueles que de forma directa e indirecta contribuíram bastante para a minha formação. A lista é longa, só tenho a dizer muito obrigado.

## **EPIGRAFE**

*“A rede de protecção primária é um elo fundamental da garantia de protecção. Famílias com redes primárias fortalecidas terão condições muito melhores de proporcionar cuidado e promover o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, mas isto não significa a desresponsabilização da protecção social pública estatal” (Guará, 2010).*

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CIP</b>	Centro de Integridade Pública
<b>DGCAS</b>	Direcção do Género, Criança e Acção Social
<b>FRELIMO</b>	Frente de Libertação de Moçambique
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>INAS</b>	Instituto Nacional de Acção Social
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Segurança Social
<b>MGCAS</b>	Ministério do Género, Criança e Acção social
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>SDGCAS</b>	Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social
<b>SSB</b>	Segurança Social Básica
<b>UEM</b>	Universidade Eduardo Mondlane

## **RESUMO**

O presente trabalho procura analisar os mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias da cidade de Maputo (2019-2021): estudo de caso da comunidade de Mabotine. A pesquisa é de natureza qualitativa, realizada no bairro Luís Cabral, concretamente na comunidade de Mabotine, onde aplicou-se a entrevista e a observação como técnicas para apreender o problema. Para análise dos dados, recorreu-se a teoria Marxista, através do qual entende-se que o capitalismo actual (neoliberalista) incentiva a transferência de responsabilidades estatais para as famílias e as mesmas têm a obrigação de buscar mecanismos para a sua sobrevivência. Da pesquisa constatou-se que as famílias da comunidade de Mabotine adoptam o comércio informal, o xitique e os biscates como forma de garantir o sustento dos seus membros. Não obstante, esses mecanismos são inconsistentes, pois não cobrem todas despesas (alimentação, transporte, água, energia etc.), pelo que há necessidade do Estado envidar esforços para a melhoria dos padrões formais de protecção social e sua abrangência.

**Palavras-chave:** Protecção Social, Família, Comunidade, Neoliberalismo.

## **ABSTRACT**

This paper seeks to analyze the social protection mechanisms adopted by families in the city of Maputo (2019-2021): a case study of the community of Maboline. The research is qualitative in nature, carried out in the Luis Cabral neighborhood, specifically in the Maboline community, where interview and observation were applied as techniques to apprehend the problem. For data analysis, Marxist theory was used, through which it is understood that current capitalism (neoliberalism) encourages the transfer of state responsibility to families and they have the obligation to seek mechanisms for their survival. From the research it was found that the families of the Maboline community adopt informal trade, xitique and odd jobs as a way to guarantee the livelihood of their members. However, these mechanisms are inconsistent, as they do not cover all expenses (food, transport, water, energy, etc.), so there is a need for the State to make efforts to improve formal social protection standards and their scope.

**Keywords:** Social Protection, Family, Community, Neoliberalism.

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA .....	ii
AGRADECIMENTOS .....	iii
EPÍGRAFE.....	iv
LISTA DE ABREVIATURAS .....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL .....	16
<b>1.1 Enquadramento Teórico.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 Enquadramento Conceptual .....</b>	<b>17</b>
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO.....	22
<b>2.1 Reunião com o Director dos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social de Kamubukwana .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 Visitas Domiciliárias às famílias da comunidade de Mabotine.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Campanhas de divulgação dos programas de protecção social básica.....</b>	<b>22</b>
CAPÍTULO III – METODOLOGIA .....	24
<b>3.1 Natureza da Pesquisa.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 Tipo de Pesquisa .....</b>	<b>24</b>
<b>3.3 Método de Pesquisa.....</b>	<b>25</b>
<b>3.4 População e Amostra .....</b>	<b>26</b>
<b>3.5 Instrumentos de recolha de dados .....</b>	<b>26</b>
<b>3.6. Análise e tratamento de dados .....</b>	<b>27</b>

<b>3.7. Validade e Fiabilidade dos resultados .....</b>	<b>27</b>
<b>3.8 Questões éticas da pesquisa .....</b>	<b>28</b>
<b>3.9 Constrangimentos de Pesquisa.....</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO... 29</b>	
<b>4.1 Perfil Sócio-Demográfico.....</b>	<b>29</b>
<b>4.2 Factores que contribuem para a precarização dos programas formais de protecção social em Moçambique.....</b>	<b>31</b>
<i>4.2.1 Falta de vontade política da parte do Estado moçambicano.....</i>	<i>33</i>
<i>4.2.2 Déficit financeiro.....</i>	<i>34</i>
<i>4.2.3 Neoliberalismo .....</i>	<i>35</i>
<i>4.2.4 Fraca manifestação dos cidadãos em relação às injustiças impostas pelo sistema capitalista .....</i>	<i>36</i>
<b>4.3 Mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias da comunidade de Mabotine .....</b>	<b>37</b>
<b>4.4 Avaliação do nível de satisfação dos mecanismos adoptados pelas famílias da comunidade de Mabotine.....</b>	<b>40</b>
<b>4.5 Implementação do Plano de Intervenção .....</b>	<b>41</b>
<b>4.6 Propostas para melhorias dos padrões formais de protecção social .....</b>	<b>44</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é feito no âmbito de conclusão do curso para obtenção do grau de Licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane, com o seguinte tema: *Mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias da cidade de Maputo (2019-2021): estudo de caso da comunidade de Mabotine.*

A protecção contra os riscos da vida inicialmente era conferida pela família, contudo, o conceito de família era bem mais amplo. Nos dias de hoje, a reunião dos genitores e seus filhos sob a mesma moradia representa a ideia clássica de família (Jadim, s/d).

Com isso, Jardim pretende elucidar que essa amplitude consistia num aglomerado, reunindo avós, pais, filhos, netos, sobrinhos, ou seja, além do vínculo sanguíneo em linha recta, uma mesma família, também, reunia a linha colateral em vários feixes.

A protecção social conferida pelo Estado originou-se, na Alemanha, com a aprovação, em 1883, do projecto do Chanceler Otto Von Bismarck. A Lei do Seguro Social garantiu, inicialmente, o seguro-doença e, com a sua evolução abrigou, também, o seguro contra acidentes de trabalho (1884), o seguro de invalidez e velhice (1889). O financiamento desses seguros era tripartido, mediante prestações do empregado, do empregador e do Estado (Jadim, s/d).

Quive (2009, p.3) defende que em Moçambique foram constituídas estratégias de protecção social diferentes e divergentes, de acordo com a forma como os direitos cívicos, políticos e sociais foram se constituindo.

No período pré colonial, a tarefa de assegurar, socialmente, as pessoas era baseada no princípio de solidariedade e ajuda mútua enquadrado nas “relações e práticas sociais que, por via de trocas de bens e serviços, asseguram na sociedade algo do bem-estar e alguma protecção social” (Ariscado, 1995, p. 7 *apud* Quive, 2009). É imprescindível realçar que estas formas informais de protecção social significaram a unidade e harmonia entre os membros dessas comunidades moçambicanas.

Nos finais do século XIX, com a colonização introduziram-se novas formas de trabalho, o trabalho assalariado, particularmente, nas zonas urbanas, o que promoveu o êxodo rural, bem

como a dissociação dos indivíduos dos seus grupos de referência, criando-lhes novas necessidades por passarem a ser trabalhadores assalariados (Quive, 2009, p.3).

Todavia, no contexto da colonização, o país buscou apoio externo para ganhar a sua independência política e foi muito bem acarinhado pela URSS que por sua vez, permitiu a instituição do regime socialista no país. Este regime defendia uma economia planificada, a igualdade social e a distribuição equitativa da riqueza, socialmente, produzida.

No ano de 1975, Moçambique alcança a independência total e completa. Logo após a independência iniciou a guerra civil que trouxe consequências devastadoras para a população moçambicana, tanto no campo político assim como social.

Nesta senda, Faria (2019, p.5) menciona as seguintes consequências: diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) em mais de 30%, destruição de infraestruturas (barragens, lojas, estradas, pontes, hospitais), aumento demográfico nas zonas urbanas e a redução dos níveis de produção. Toda a situação ora descrita, levou o país (Moçambique) à incapacidade e endividamento, forçando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) a suportar a economia nos finais dos anos 80 e a adequação, também, da sua política económica ao chamado "consenso de Washington".

Sendo que o país estava mergulhado na guerra civil, a primeira medida tomada foi de assinar acordo de não-agressão com a RSA (o tratado de Inkomati de 1984) que exortava a não interferências nos assuntos internos.

Segundo Faria (2019, p.6) no ano de 1987 foi desenvolvido o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e outras medidas foram tomadas pelo Estado, tais como: privatização das empresas estatais; liberação do comércio; abolição do sistema de fixação de preços, defesa do individualismo. Nesta senda, Quive (2009, p. 7) salienta que a adopção desta política obrigou o Estado a reduzir a sua intervenção na economia e a diminuir a despesa pública, como exigência do BM e do FMI.

De lá até então, o Estado moçambicano criou várias instituições tais como: o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) em 1989 e Ministério para a Coordenação da Acção Social em 1994, actual Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS). Não obstante, foram definidas e

implementadas várias políticas e leis de protecção social cujo escopo era responder os anseios do povo moçambicano. Refere-se particularmente: A Política de Acção Social (1989) e, mais tarde, a Lei nº4/2007 que assenta o quadro legal da protecção social no país.

Para Guilamba (2009, p.132) a lei de protecção social no seu artigo 03, chama atenção ao princípio referente a universalidade, que "consagra o direito a todos os cidadãos de serem protegidos contra os mesmos riscos e na mesma situação". Na perspectiva do autor, a universalidade anunciada neste princípio é questionável quando se toma em consideração o carácter focalista da dita "segurança social básica", expressa em programas sócio-assistenciais.

Segundo Francisco (2009, p.48) nas actuais condições, mesmo que o Estado Moçambicano quisesse cumprir, satisfatoriamente, com o princípio da universalidade, consagrado na Lei 4/2007 de protecção social, não teria recursos financeiros nem base económica para satisfazer tal objectivo e, por esta via, a família e a comunidade são tidas, não raras vezes, conforme expressam os próprios documentos como objectos e sujeitos a prover a sua própria protecção social e não como sujeitos com direito a ela.

Face às reflexões acima apresentadas, pode-se notar que os autores convergem que na actualidade em Moçambique predomina o neoliberalismo, apresentando as seguintes características: privatização das empresas estatais, liberação do comércio, defesa do individualismo, bem como a redução da intervenção do Estado na economia e a diminuição da despesa pública nos padrões de protecção social, ou seja, precarização dos padrões formais de protecção social.

- Problema/Pergunta

A comunidade de Mabotine localiza-se na Cidade de Maputo, concretamente no bairro Luís Cabral e faz parte do distrito municipal Kamubukwana. Por meio de leituras e observação nesta comunidade detectou-se o seguinte problema: a precarização dos padrões formais de protecção social e a transferência de responsabilidades sociais do Estado para as famílias aumenta a vulnerabilidade social da população da comunidade de Mabotine.

O estudo realizado por Teles e Nipassa (2011, p.312) revela que a comunidade de Mabotine não dispõe de infraestruturas escolares, de saúde, as habitações são precárias, o saneamento do meio é

deficiente, em suma, os moradores são marginalizados e/ou excluídos dos programas de protecção social formal.

A comunidade passa por uma série de necessidades básicas de saúde, alimentação, educação, habitação, emprego, situação que remete para a pobreza e que exige dos seus moradores a activação de estratégias de sobrevivências em contexto periurbanos. Nesta senda, coloca-se a seguinte pergunta: *De que forma as famílias da comunidade de Mabotine garantem a sustento dos seus membros, num contexto marcado pela precarização dos padrões de protecção social?*

- Hipóteses

Como resposta prévia à pergunta de partida, avançou-se com duas hipóteses a saber: as famílias de Mabotine para sustentar os seus membros, num contexto marcado pela precarização dos padrões formais de protecção social praticam algumas actividades informais, nomeadamente: o xitique, a pesca e o comércio; para garantir o sustento dos seus membros, as famílias da comunidade de Mabotine recebem apoios de organizações não governamentais e algumas instituições religiosas.

- Justificativa

A escolha do tema deve-se ao facto de existirem poucas pesquisas que arrolam sobre a protecção social informal e devido a experiência de estágio feito no bairro Luís Cabral, concretamente na comunidade de Mabotine. Ademais, deve-se ao facto de o pesquisador ter outrora participado como inquiridor num projecto social na mesma comunidade. O inquérito tinha em vista perceber as necessidades da comunidade e o nível de satisfação em relação as actividades que estavam a ser desenvolvidas pelo projecto.

O inquérito foi realizado pelo projecto "MuthiwaSwiwanana" filiado ao Grupo de Pesquisa e Saúde pertencente ao Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde através da observação da realidade e análise dos dados colectados, notou-se que os programas plasmados na Lei n°4/2007 são precários, não atendem de forma consistente e sólida as necessidades dos moradores deste bairro, ou seja, não garantem o acesso aos direitos sociais básicos como: a saúde, educação, habitação e assistência social.

Nesta senda de ideias, criou a curiosidade ao pesquisador para perceber os mecanismos que as famílias adoptam para garantir o sustento dos seus membros, considerando que os programas formais de protecção social são inconsistentes.

Esta pesquisa é relevante na medida que irá contribuir bastante para a formação académica do pesquisador, enquanto aspirante profissional do Serviço Social que realiza a sua acção mediante as políticas de protecção social para o enfrentamento das expressões da Questão Social.

A pesquisa é, também, importante pois tornar-se-á mais uma contribuição científica sobre a protecção social, ou por outra, mais uma contribuição na literatura do Serviço Social moçambicano.

Para a sociedade, esta pesquisa vai providenciar conhecimento aos cidadãos sobre os mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias, num contexto marcado pela crise e pela presença do ideário neoliberal. À luz dos resultados serão apresentadas propostas e iniciativas que o Estado pode tomar para garantir consistência e fortificação dos programas da segurança social básica.

- Objectivos

O trabalho tem como objectivo geral, analisar os mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias, num contexto marcado pela precarização dos padrões formais de protecção social e com objectivos específicos de descrever os factores que contribuem para a precarização da protecção social em Moçambique; identificar os mecanismos informais de protecção social adoptados pelas famílias da comunidade de Mabotine e, por fim, avaliar o nível de satisfação desses mecanismos adoptados pelas famílias da comunidade de Mabotine.

- Estrutura do trabalho

No primeiro capítulo encontra-se o enquadramento teórico e conceptual, onde apresenta-se a teoria de base usada para análise dos dados na pesquisa e a conceptualização dos conceitos-chave. O segundo capítulo apresenta o plano de intervenção social, destacando as actividades levadas a cabo na comunidade de Mabotine, com objectivo de intervir no problema identificado.

O terceiro capítulo faz referência a metodologia, ilustrando os procedimentos técnicos seguidos para o desenvolvimento da pesquisa, incluindo os constrangimentos enfrentados ao longo do processo investigativo. No quarto e último capítulo apresenta-se a análise, interpretação e discussão dos dados obtidos da pesquisa, as propostas para a melhoria dos padrões de protecção social e, depois deste, encontra-se a conclusão do trabalho, a bibliografia consultada para a realização do trabalho e os apêndices.

## CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Neste capítulo faz-se a discussão da teoria de base que orientou e sustentou a pesquisa e apresenta-se também a conceptualização e operacionalização dos conceitos-chave que foram utilizados no seu desenvolvimento. Teve-se como teoria orientadora o Marxismo e tomou-se como conceitos fundamentais os seguintes: protecção social, família, neoliberalismo e comunidade.

### 1.1 Enquadramento Teórico

O Marxismo é uma teoria desenvolvida por Karl Marx através do qual defende que a história da sociedade é marcada por lutas de classes, resultantes do modo de produção que ela adopta dentro de um período histórico específico. Conforme atesta Turner (1999, p.9) citando Marx (1846) o funcionamento da sociedade humana deve ser entendido por sua base económica.

Para Marx (s/d), a sociedade encontra-se estruturada em dois polos: a superestrutura e infraestrutura. No primeiro faz parte a burguesia, a classe hegemónica, a detentora dos meios de produção e no último a classe proletária, os trabalhadores, os que detêm apenas o força de trabalhos (Turner, 1999, p.9).

Nesta perspectiva, todas as estruturas da organização social revelam desigualdades sociais que levam ao conflito, em que aqueles que detêm ou controlam os meios de produção podem consolidar o poder e desenvolver ideologias para manter seus privilégios, enquanto aqueles sem os meios de produção, eventualmente, entram em conflito com os mais privilegiados (Marx, 1848 *apud* Tuner, 1999,p.9).

A produção da riqueza é cada vez mais social, mas, a sua distribuição e usufruto é cada vez mais privada. Face a essa ideia, Marx (1859) *apud* Netto (1994, p.32) ressalta que estas sociedades apenas se desenvolvem através de crises económicas elimináveis e vai reproduzindo, em todos os seus níveis e dimensões, conflitos e tensões que, acumulados e multiplicados, incompatibilizam a maioria dos homens com o modo de vida imperante.

Assim sendo, o teórico exorta a tomada de consciência por parte da classe proletária. Segundo Netto (1994, p.33) a consciência de classe proletária só é alcançada mediante uma dramática luta contra as mistificações (na qual tem grande relevância o conhecimento veraz da realidade).

A revolução entra na ordem do dia quando o proletariado, através da acção dos seus segmentos de vanguarda, atinge aquela consciência e, pela sua organização, polariza outros sectores sociais explorados e/ou oprimidos (Netto, 1994, p.32). À luz desta teoria, a polarização significou a divisão da sociedade em possuidores e os não possuidores dos meios de produção, gerando, deste modo, conflitos.

Para Marx (s/d), a revolução exigia a ascensão do proletariado, à frente de um arco de forças anti-burguesas, ao poder político: a desestruturação do Estado burguês abriria a passagem à nova ordem social, ou seja, um período de transição denominado socialismo (Netto, 1994, p.33).

Portanto, a teoria de Marx é a que se adoptou para ler a realidade que se pretendia pesquisar, pois com ela, pode-se entender que o capitalismo favorece a precarização dos padrões formais de protecção social, obrigando e/ou permitindo a transferência de responsabilidades estatais para as famílias. Como se não bastasse, essa transferência sobrecarrega-as e torna-as responsáveis pela protecção dos seus membros mesmo que seus recursos sejam escassos e precários.

## **1.2 Enquadramento Conceptual**

Neste quadro destaca-se os conceitos-chave da presente pesquisa, nomeadamente: a protecção social, família, neoliberalismo e comunidade.

### *1.2.1 Protecção Social*

A protecção social, sempre, esteve presente na história da humanidade, diz respeito aos instrumentos que podem ser assumidos pelas instituições formais e informais, com intuito de proteger os indivíduos contra os riscos sociais.

Na perspectiva de Francisco (2009, p.39), a protecção social é o conjunto de mecanismos, iniciativas e programas com o objectivo de garantir uma segurança humana digna, libertando os cidadãos de dois medos cruciais no ciclo da vida humana: 1) Medo da carência, sobretudo

alimentar e profissional, seja acidental, crónica ou estrutural; 2) Medo da agressão e desprotecção física e psicológica.

De acordo com o Código de Segurança Social para Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, 2004) *apud* Quive (2011, p.124) a protecção social diz respeito às medidas públicas e privadas, destinadas a proteger indivíduos e famílias da insegurança de rendimentos provocada pelas adversidades da vida, como o desemprego, a lesão laboral, a maternidade, a doença, a invalidez, a velhice, a morte, etc.

Di Giovanni (1998, p.10) *apud* Guilamba (2009, p.68) conceitua a protecção social como sendo as formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas, que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações.

O mesmo autor, inclui neste conceito tanto as formas selectivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Inclui ainda, os princípios reguladores e as normas que, com o intuito de protecção, fazem parte da vida das colectividades (Di Giovanni, 1998, *apud* Guilamba, 2009, p. 68).

Os autores acima citados, convergem na ideia de que a protecção social serve para proteger os membros de uma determinada sociedade e pode ser assumida pelas entidades públicas e privadas. A concepção do Código da Segurança Social da SADC referenciado por Quive é muito limitada, posto que se focaliza a protecção apenas no âmbito laboral. Nesta pesquisa, usou-se o conceito de Di Giovanni (1998) por ser mais amplo e abrangente.

### *1.2.2 Família*

Primeiro, importa referir que não existe um conceito exacto, universal e global do que seja Família, porque ela é dinâmica, está em constante mudança e transformação, o que faz com que surjam novos modelos de estrutura e organização familiar. Ela deve ser definida, tendo em conta o contexto histórico e social em que se encontra inserida.

A Família é um grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, onde os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças. Os laços de parentesco são entendidos como

sendo as relações entre os indivíduos, estabelecidas através do casamento ou por meio de linhas de descendência (Freitas, 2014, p.7).

Segundo Oliveira (2009, p.84) a família é uma maneira de vida privada de se expressar, lugar de intimidade, de construções individuais e colectivas e um espaço significativo para a expressão dos sentimentos, que, nessa modernidade, podem ser esquecidos diante da correria contemporânea. Neste sentido, ela torna-se imprescindível na sociedade. Os vínculos familiares podem assegurar ao indivíduo a segurança de pertencimento social.

A Lei da Família, a nº10/2004, no seu artigo 1º defende que a família é a célula base da sociedade, factor de socialização da pessoa humana. Ela constitui o espaço privilegiado no qual se cria, desenvolve, cultiva a personalidade dos seus membros e onde devem ser cultivados o diálogo e a entreajuda.

Nesta senda, a lei pretende elucidar que a família é uma instituição de socialização primária. Os autores convergem na ideia de que, é na família onde os indivíduos adoptam os valores, as crenças, a ética, as normas sociais, que por sua vez, permitem a integração dos mesmos (indivíduos) na sociedade. Ou seja, ela é o elo entre o indivíduo e a Sociedade. O conceito de Freitas diverge com o dos outros autores por destacar apenas dois elementos para constituir família: o parentesco e a descendência. Na presente pesquisa, adoptou-se o conceito da Lei nº10/2004, por considerar a família um espaço onde se desenvolvem as relações sociais e por integrar vários elementos: o casamento, o parentesco, a afinidade, a adopção, entre outros.

### *1.2.3 Neoliberalismo*

O neoliberalismo surge no contexto da crise do petróleo registada entre os anos de 1969-1973, que influenciou a diminuição do PIB dos países desenvolvidos, permitindo deste modo a decadência das ideias propostas por John Maynard Keynes que sugeria a intervenção do Estado nas relações económicas e sociais.

Segundo Cerqueira (2008, p.172), o neoliberalismo é uma doutrina socioeconómica que retoma os antigos ideais do liberalismo clássico ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, que em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem económica. Sua

implantação pelos governos de vários países iniciou-se na década de 1970, como principal resposta à crise do petróleo.

O neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970 (Andrade, 2017, p.37).

O neoliberalismo caracteriza-se por ser uma ordem social em que uma nova disciplina é imposta ao trabalho e novos critérios gerenciais são estabelecidos, servindo-se de instrumentos como o livre comércio e a livre mobilidade de capital (Duménil e Lévy, 2014 *apud* Andrade, 2017, p.53).

Segundo Boito (1999, p.45), a ideologia neoliberal é, fundamentalmente, um liberalismo económico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia. Ainda neste âmbito, essa ideologia de exaltação do mercado expressa-se através de um discurso polémico: ela assume, na maioria das vezes, a forma de uma crítica agressiva à intervenção do Estado na economia e nos padrões de protecção social. O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à acção estatal.

Os autores supracitados convergem na ideia de que o neoliberalismo legitima-se ideologicamente por meio de uma teoria político-económica que afirma o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender e que confere ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária. A crescente desigualdade se justificaria como meio de estimular o risco dos empreendedores e a inovação, elementos centrais da competitividade e do crescimento económico. O conceito de Boito serviu de espelho na presente pesquisa ao olhar para o neoliberalismo como exaltador da propriedade privada e inibidor da intervenção estatal nos assuntos sociais e económicos.

#### *1.2.4 Comunidade*

Comunidade tornou-se uma palavra-chave usada para descrever unidades sociais que variam de aldeias, conjuntos habitacionais e vizinhanças até grupos étnicos, nações e organizações internacionais.

Segundo Bottomore (1996, p.115), a comunidade, geralmente, indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada, que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração.

Tonnies (1979) *apud* Lemos (2009, p.203) defende que a comunidade significa “vida real e orgânica”. Há um pressuposto que rege a comunidade: a perfeita unidade das vontades humanas como estado originário ou natural. As relações que compõem a comunidade são, para o autor, relações de sangue, de lugar e de espírito, derivadas do parentesco (casa), da vizinhança (convivência na aldeia) e da amizade (identidade e semelhança nas profissões).

Na perspectiva de Weber (1973) *apud* Peruzzo (2009, p.13) comunidade é um conceito amplo que abrange situações heterogêneas, mas que, ao mesmo tempo, apoia-se em fundamentos afectivos, emotivos e tradicionais. Weber (1973) chama de comunidade “uma relação social quando a atitude na acção social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjectivo (afectivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo” (Peruzzo, 2009, p. 15).

Ao discutir as formas de organização social na sociedade contemporânea, Palácios (2001) *apud* Peruzzo (2009, p.25) sublinha que alguns elementos fundamentais que caracterizam uma comunidade na actualidade: a) sentimento de pertencimento; b) sentimento de comunidade; c) permanência (em contraposição à efemeridade); d) territorialidade (real ou simbólica); e) forma própria de comunicação entre seus membros por meio de veículos específicos.

Os autores convergem na ideia de que, a comunidade é um conjunto de relações sociais que se caracteriza pela compreensão (consenso), que é um modo associativo de sentir comum e recíproco. Esta compreensão implica a posse e o desfrute de bens, amigos comuns, e também a vontade de protecção e defesa recíproca. A perspectiva de Tonnies conformou-se à linha desta pesquisa pois, destaca elementos relevantes, como: vizinhança, unidade das vontades humanas e relações amigáveis, ou seja, relações de sangue, de lugar e de espírito, derivadas do parentesco, da vizinhança e da amizade.

## CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo são aludidas as actividades que foram desencadeadas na comunidade de Mabotine, com intuito de intervir no problema identificado, garantir deste modo, o acesso aos direitos sociais. A primeira actividade refere-se à reunião com o director dos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social (SDGCAS), seguido de visitas domiciliárias e, por fim, campanha de divulgação dos programas de protecção social básica.

### **2.1. Reunião com o Director dos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social de Kamubukwana**

A realização da reunião entre o pesquisador e o Director dos SDGCAS nos seus escritórios, no distrito de Kamubukwana, tinha como objectivo, por um lado, apresentar a pesquisa, o âmbito em que se realizava e dar a entender que existem famílias na comunidade de Mabotine que se encontram excluídos dos padrões formais de protecção social.

Por outro lado, a pesquisa visava garantir a universalidade no acesso aos programas de segurança social básica, nomeadamente: apoio social directo, subsídio social básico, serviços sociais da acção social e acção social produtiva. Na óptica de Guilamba (2009, p.132), esses programas são focalistas e ficam fora de esse âmbito "universal" aqueles pobres que não se enquadram nos padrões (economicistas) de miserabilidade do FMI e BM.

### **2.2. Visitas Domiciliárias às famílias da comunidade de Mabotine**

A visita domiciliar é uma técnica que consiste em conhecer a realidade quotidiana de uma determinada família, ou seja, analisar as condições sociais do modo de vida do usuário no local em que tais produzem e reproduzem a vida quotidiana. Esta técnica permite ir além do aparente, na busca da essência das relações *in loco*, o que ajuda a perceber questões para além dos factos ou do que já se sabe (Bavaresco e Goin, s/d)

A realização de visitas domiciliárias às famílias residentes na comunidade contava com a presença dos Assistentes Sociais dos SDGCAS de Kamubukwana e do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), num período de uma semana.

Essa actividade tinha em vista analisar as condições e modos de vida de várias famílias vulneráveis residentes na comunidade de Mabotine, para a posterior elaboração do parecer social e caso reunissem os critérios de elegibilidade sugerir-se-ia a integração nos diferentes programas de assistência social. Importa salientar que, embora se tratasse de condições já conhecidas pelo pesquisador, mas como não dispunha de recursos financeiros para intervir, na perspectiva de conceder algum benefício material ou de outra espécie, era necessário mobilizar as instituições existentes para tal, neste caso, o SDGCAS e o INAS para aferir no terreno as reais condições das famílias participantes do estudo e, o posterior seguimento dos seus casos.

### **2.3. Campanhas de divulgação dos programas de protecção social básica**

Realização de campanhas de divulgação dos programas da segurança social básica, como objectivo de permitir maior conhecimento dos mesmos por parte das famílias vulneráveis residentes na comunidade de Mabotine e, por essa via, poderem lutar pelo acesso aos seus direitos sociais. Para esta actividade previa-se a presença dos Assistentes Sociais dos SDGCAS de Kamubukwana e o líder comunitário, com duração de uma semana.

## CAPÍTULO III – METODOLOGIA

A pesquisa é um caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento e, para que um estudo se concretize, utilizam-se diferentes instrumentos para alcançar-se uma resposta clara. Neste capítulo serão debruçados os procedimentos técnicos e metodológicos que foram seguidos durante a colecta de dados para a presente pesquisa.

### **3.1 Natureza da Pesquisa**

A presente pesquisa é de natureza qualitativa. Segundo Rudios (1980, p.57), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenómeno dentro do seu contexto. Nesta senda, fez-se o uso da abordagem qualitativa, por permitir captar dados imensuráveis que iam ao encontro com os objectivos traçados, ou seja, apreendeu-se aspectos ligados aos mecanismos informais de protecção social que as famílias da comunidade de Maboline adoptam para proteger os seus membros contra as vicissitudes inerentes à vida humana, assim como, os níveis de satisfação que tais mecanismos lhes conferem.

Para Gil (2008, p.128) o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenómeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contacto directo com a situação estudada.

### **3.2 Tipo de Pesquisa**

O tipo de pesquisa desenvolvida é descritivo. Este tipo caracteriza uma realidade tal como ela se apresenta, conhecendo e interpretando-a por meio da observação, do registo, da correlação e da análise dos factos ou fenómenos.

Segundo Gil (2008, p.28), as pesquisas descritivas têm como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis. Neste caso concreto fez-se a identificação, descrição dos mecanismos

informais de protecção social e sua correlação com a qualidade de vida dos membros da comunidade de Mabotine.

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa de campo, pois além da leitura de obras que versam sobre o assunto em estudo, privilegiou-se a recolha de informações junto às pessoas considerados objectos da pesquisa (os moradores da comunidade de Mabotine), com a finalidade de compreender melhor as manifestações do fenómeno (precarização da protecção social). O trabalho de campo permitiu a recolha de dados no ambiente do “mundo real”, ou seja, sobre a forma como a população de Mabotine protege os seus membros contra os riscos sociais através da observação das actividades desenvolvidas na comunidade e a realização de entrevistas.

### **3.3. Método de Pesquisa**

No que tange ao método de pesquisa, usou-se pesquisa-acção que, pressupõe uma participação e envolvimento do grupo alvo no problema a ser investigado; recorre a uma metodologia sistemática no sentido de transformar as realidades observadas, a partir da sua compreensão, conhecimento e compromisso dos elementos envolvidos na pesquisa, implicando o desenvolvimento de acções concretas (Gil, 2008, p.76).

Segundo Gil (2008, p.77), pesquisa-acção é aquela que é utilizada para a identificação de problemas relevantes dentro da situação pesquisada bem como definir um plano de intervenção com vista a resolução e acompanhamento dos resultados obtidos. Nessa ordem de ideia, na presente pesquisa, para além do pesquisador ter procurado compreender o problema, desencadeou um conjunto de actividades que tinham em vista a garantia do bem-estar das famílias da comunidade de Mabotine e, propôs algumas medidas e/ou iniciativas que o Estado pode assumir para a melhoria dos padrões de protecção social.

### **3.4. População e Amostra**

Segundo os dados fornecidos pela administração do bairro Luís Cabral no dia 26 de Fevereiro de 2021, a comunidade de Mabotine é composta por 300 famílias. A presente pesquisa tomou este número como universo e com uma amostra de 30 famílias residentes a mais de 3 anos nesta comunidade, ambos sexo, de idades compreendidas entre 25 aos 90 anos e que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. A determinação da idade deve-se ao facto de serem indivíduos adultos, capaz de facultar informações sólidas ao pesquisador sobre os mecanismos informais de protecção social aqui adoptados.

Devido à natureza do estudo, o tipo de amostragem foi não-probabilística por tipicidade ou intencional. Segundo Gil (2008, p.80), este tipo consiste em seleccionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.

### **3.5 Instrumentos de recolha de dados**

Quanto aos instrumentos, fez-se o uso da entrevista semi-estruturada. Segundo Marconi e Lakatos (2004, p.197), a entrevista é uma técnica de pesquisa que representa um dos instrumentos básicos para a colecta dos dados. Trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado. Neste caso concreto, os intervenientes foram os representantes dos agregados familiares da comunidade de Mabotine e o pesquisador.

Importa salientar que, o pesquisador fez perguntas pré-estabelecidas e as que considerou principais, concomitantemente, esteve livre para ir além, elaborando novas perguntas para que tornassem as respostas mais completas e profundas.

Outra técnica, não menos importante, usada durante a colecta de dados foi a observação simples, que é aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os factos que aí ocorrem. Para a presente pesquisa, observou-se as condições de habitabilidade, tais como: existência de rede eléctrica,

fonte de água potável, o tipo de casa e o material usado na construção e o saneamento do meio. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um actor (Gil, 2008, p.101).

### **3.6. Análise e tratamento de dados**

Para a análise e o tratamento dos dados, de modo particular, das entrevistas recorreu-se ao modelo aberto de categorização proposto por de Lavee e Dionne (1999, p.186) que consiste em definir categorias em função dos dados colhidos durante a pesquisa. Ainda neste âmbito, Lavee e Dionne (1999) *apud* Matusse (2013, p.36) frisam quatro fases da análise de dados: a leitura, a descrição, a classificação e a interpretação.

O processo de análise de dados na pesquisa baseou-se nas fases acima mencionadas, onde, num primeiro momento, o pesquisador familiarizou-se com os dados e, posteriormente, fez-se a examinação profunda dos mesmos. Após essas duas fases, seguiu-se ao agrupamento por assunto ou tema e, finalmente, fez-se a interpretação dos mesmos, socorrendo-se de alguns autores que versam sobre a temática da protecção social.

Em relação aos dados das observações, recorreu-se ao modelo de Felding (1993) onde é feito o registo e, posteriormente, criadas categorias para a análise.

### **3.7. Validade e Fiabilidade dos resultados**

Para garantir a validade dos resultados fez-se a triangulação metodológica, que é o processo de confrontação de dados adquiridos a partir de fontes diferentes e, neste caso, das observações e das entrevistas, cuja finalidade era de garantir a veracidade da informação. E no que concerne à garantia da fiabilidade dos resultados, o pesquisador manteve-se fiel aos dados fornecidos pelos seus informantes chave.

### **3.8 Questões éticas da pesquisa**

No que concerne aos aspectos éticos, disponibilizou-se um consentimento informado, onde os participantes tiveram a liberdade de deliberar a sua participação na pesquisa, mediante um esclarecimento prévio dos objectivos da pesquisa e sobre a natureza das perguntas que seriam colocadas, bem como a forma que seriam armazenados os dados e as pessoas poderiam ter acesso aos resultados dos mesmos.

Nesta senda, é imprescindível realçar que todos os dados colectados nas entrevistas e observação foram usados, apenas para fins académicos, e, concomitantemente, salvaguardou-se os direitos dos informantes e garantidos a sua privacidade, confidencialidade e anonimato.

### **3.9 Constrangimentos de Pesquisa**

O primeiro constrangimento deveu-se ao facto do pesquisador não saber falar a língua local (changana), e, para não excluir algumas pessoas de participarem da pesquisa. Recorreu-se a solicitação de um tradutor, uma colega do curso do pesquisador que bem sabia falar changana.

Outro aspecto não menos importante, tem a ver com a negação de participar na pesquisa por parte de alguns moradores de Mabotine, alegando que já estavam cansados de falsas promessas do Governo, porque já foram inscritos em muitas listas para se beneficiarem de apoio do Estado, mas até a data da realização da pesquisa, nada tinha sido feito a seu favor e pensavam que, o pesquisador fosse um elemento do Governo. Este facto mostrou, claramente, a inconsistência dos padrões formais de protecção social nesta comunidade. Para a superação deste constrangimento, o pesquisador teve que esclarecer com profundidade a natureza e os objectivos da pesquisa.

## CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Neste capítulo pretende-se fazer a apresentação, análise e a interpretação dos dados colectados no contacto que se teve com os moradores da comunidade de Mabotine. Iniciar-se-á com descrição do perfil sociodemográfico dos entrevistados, seguida dos factores que contribuem para a precarização dos padrões formais de protecção social em Moçambique, apresentação dos mecanismos informais de protecção social adoptados pelas famílias da comunidade em estudo, a avaliação do nível de satisfação desses mecanismos e, por último, apresentar-se-á as propostas para a melhoria dos padrões formais de protecção social.

### **4.1 Perfil Sociodemográfico**

Neste subcapítulo apresenta-se o perfil sociodemográfico dos entrevistados. No seu todo foram entrevistados 30 representantes dos agregados familiares da comunidade de Mabotine, tendo como variáveis: idade, estado civil, profissão, sexo, nível de escolaridade e tipo de casa. Dentre os entrevistados, 20 são do sexo feminino e 10 do sexo masculino. A não observância da igualdade de género deve-se ao facto de alguns homens recusarem de participar da pesquisa, enquanto as mulheres são as mais simpáticas e as que mais ficam em casa durante o dia.

Dos nossos entrevistados, 2 estão casados oficialmente, 23 vivem em união de facto, 2 são viúvas e 3 são solteiros. A ilação que se pode tirar destes dados é que, na comunidade de Mabotine há diversas tipologias de famílias, nomeadamente: a família nuclear, a monoparental (masculina e feminina) e a família reconstituída ou recomposta.

A família nuclear é constituída por pai, mãe e filho. Os agregados monoparentais são constituídos por um adulto e pelos seus filhos, na maior parte dos casos o adulto é a mulher. As razões que originam a monoparentalidade são a separação ou divórcio, a viuvez e a geração de uma criança por parte de uma mulher solteira (Freitas, 2014, p.4).

A família reconstituída ou recomposta diz respeito aos segundos casamentos e estão, relativamente, generalizados na nossa sociedade e podem acontecer por várias circunstâncias. Uma primeira situação ocorre quando se realiza um casamento entre pessoas jovens que não trazem filhos do casamento anterior. Uma segunda situação ocorre, quando se está a realizar um

segundo casamento em que os cônjuges trazem filhos de casamentos anteriores, que vêm viver num novo agregado com um novo cônjuge (Freitas, 2014, p.4).

É imprescindível frisar que, independentemente, da forma, configuração ou modelo familiar, a família é, sempre, um local de referência para a construção da identidade pessoal e social, ou, por outra, é a instituição que transmite os valores, as crenças, as normas sociais aos seus membros e permitem a sua integração na sociedade.

No que diz respeito às actividades laborais, 20 são comerciantes, 1 alfaiate, 1 servente (hospitalar) e 8 segurança de empresas privadas. O rendimento médio mensal dos que praticam o comércio informal, juntamente, com o alfaiate varia no intervalo de 2.000 a 3.000mt, os seguranças são pagos 4.000mt a 5.000mt e, por fim, o servente 3.500mt. Tendo em conta o elevado custo de vida e o contexto em que a sociedade se encontra actualmente, o rendimento das famílias da comunidade de Mabotine é baixo para suprir todas necessidades básicas. Ademais, o neoliberalismo legitima e fortalece o poder estrutural do capital, tais como: o indivíduo deve ser incentivado a auto satisfazer as suas necessidades e que não há instituição mais eficiente, eficaz e democrática de provisão do bem-estar humano que o mercado.

Outrossim, o direito ao trabalho assalariado é um contra-senso na perspectiva da economia política crítica (marxista), pois esse tipo de trabalho se impõe ao trabalhador como uma actividade desprovida de qualquer opção que não seja a miséria ou a morte. Portanto, em vez de direito, ele se torna uma provação e penitência, que é preciso destruir (Potyara, 2013 *apud* Santos, s/d).

Segundo Oliveira (2009, p.91), a política social, nesse contexto neoliberal e capitalista, ainda tem muito a crescer. Enquanto ela não atinge seus objectivos centrais, a família vem buscando diversas estratégias de sobrevivência, sem o mínimo necessário para sobreviver, como é o caso das famílias da comunidade de Mabotine em que grande parte das que participaram do estudo pratica o comércio informal.

No que tange ao nível de escolaridade, 14 participantes têm ensino secundário não concluído, 9 estudaram até ensino primário e 7 são analfabetos. No que concerne a habitação, 17 vivem em casas próprias e melhoradas (feitas na base blocos, barrotes e chapas de zinco), 3 estão a alugar, e 10 em casas próprias e precárias (feitas na base de pau-a-pique, caniços e chapas de zinco). O

índice de desenvolvimento humano é baixo, por um lado, influenciado pela inexistência de infraestrutura escolar na comunidade e, por outro, devido a falta de recursos financeiros para frequentar escolas que se localizam nos bairros vizinhos.

Importa salientar que a comunidade de Mabotine não dispõe de unidade sanitária, em caso de enfermidade, as famílias recorrem ao Hospital Geral José Macamo e Hospital de Chamanculo. Segundo os entrevistados, as doenças mais frequentes são as seguintes: malária, cólera, tosse e diarreia. Os moradores deitam lixo nas águas do rio Mulaúze, no mangal, mas também nos caminhos encontram-se pequenos resíduos sólidos espalhados, o que contribui em grande medida para a predominância das doenças anteriormente mencionadas. As estruturas locais, enfatizaram que o Conselho Municipal tem recolhido o lixo, pelo menos uma vez por semana, mas alguns moradores acumulam e deitam-no na calada da noite no rio, nos caminhos, ignorando, deste modo, a protecção do meio ambiente e sendo, concomitantemente, um atentado a saúde pública.

#### **4.2 Factores que contribuem para a precarização dos programas formais de protecção social em Moçambique**

Moçambique dispõe da Lei nº4/2007 que suporta o quadro legal da protecção social. Ela divide o sistema de protecção social em três níveis: a segurança social básica, obrigatória e complementar.

A Segurança Social Básica (SSB) abrange os cidadãos nacionais incapacitados para o trabalho, sem meios próprios para satisfazer as suas necessidades básicas, nomeadamente: a) pessoas em situação de pobreza absoluta; b) crianças em situação difícil; c) idosos em situação de pobreza absoluta; pessoas portadoras de deficiência, em situação de pobreza absoluta; e) pessoas com doenças crónicas e degenerativas (Artigo 7 da Lei nº4/2007).

A segurança social obrigatória é direccionada aos trabalhadores integrados no mercado formal de trabalho, ou seja, trabalhadores por conta de outrem. A segurança social complementar visa reforçar as prestações da segurança social obrigatória, através de modalidades sujeitas à homologação pelo órgão de supervisão, por proposta da entidade gestora (Artigo 11 da Lei nº4/2007).

A presente pesquisa deu ênfase à segurança social básica e, é a que visa garantir a protecção especial a grupos mais vulneráveis ou seja, indivíduos sem meios próprios para a sua subsistência, como é o caso dos membros da comunidade de Mabotine. A segurança social básica tem como fundamento a solidariedade nacional, reflecte características distributivas e é, essencialmente, financiada pelo Orçamento do Estado.

Todavia, a existência da lei em descrição não basta, é necessária a criação de canais apropriados e flexíveis que permitem todos cidadãos a conhecê-las, incluindo as camadas mais baixas da sociedade, o que nem, sempre, acontece. O pesquisador entrevistou os moradores de Mabotine se tinham conhecimento e se beneficiavam desses programas e, as respostas foram consensuais, conforme descrevem os dados a seguir:

*"Não tenho conhecimento e nunca ouvi falar" (Residente K, 25 anos, 15/04/2021)*

*"Nunca ouvi. Se apareceram, talvez eu tinha saído, mas nunca ouvi falar mesmo e não tenho conhecimento" (Residente R, 41 anos, 16/04/2021)*

*"Nunca ouvi falar, só já vieram pessoas aqui nos escrever sobre a falta que temos de água. Os Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social de Kamubukwana ou INAS nunca pisaram aqui a falar sobre os programas de protecção social básica" (Residente E, 42 anos, 15/04/2021)*

*"Uma vez queimou a minha casa, vieram os da PIC disseram que os da acção social me apoiariam, mas não vi resultados até hoje e não estou a me beneficiar de nenhum programa da acção social" (Residente I, 35 anos, 15/04/2021)*

*"Hummm, não. Não me beneficio desses programas" (Residente B, 30 anos, 15/04/2021)*

*"Não recebo nada da acção social. Né essa coisa de ajuda de Corona, disseram para irmos tirar foto e registar nossos nomes, fizemos. Mas muitos nomes não saíram, inclusive o meu, apenas de algumas pessoas, que tipo de ajuda é essa que escolhe, afinal não somos também pobres?" (Residente J, 45 anos, 15/04/2021)*

Os dados acima, mostram, claramente, que em primeiro lugar, as famílias residentes na comunidade de Mabotine não têm conhecimento dos programas da SSB e os mesmos não

beneficiam os moradores desta comunidade, ou seja, devido a não universalização prática dos padrões formais de protecção social. Nas análises que se fez dos dados e à luz da bibliografia usada para a elaboração do presente trabalho constatou-se que, a precarização dos padrões formais de protecção em Moçambique é influenciada pelos seguintes factores:

- Falta de vontade política;
- Déficit financeiro;
- Neoliberalismo;
- A fraca manifestação dos cidadãos em relação às injustiças impostas pelo sistema capitalista.

#### *4.2.1 Falta de vontade política da parte do Estado moçambicano*

O Estado nem sempre existiu, a necessidade da sua existência deve-se ao facto dos homens abdicarem das suas vontades e entregarem-nas a um representante que pudesse garantir o bem-estar da colectividade.

Segundo Maquiavel (1492) *apud* Montano e Duriguetto (2010, p.21), o Estado, antes chamado de pólis pelos gregos e de "res pública" pelos romanos, é o espaço onde o actor político por excelência (o príncipe) actua. Ali exerce sua coerção e procura o consenso; ali se gera e desenvolve o poder político; ali se criam as leis que regulam a ordem "social". Com isso, o autor pretende elucidar que é a entidade que garante o bem-estar comum, por meio das políticas públicas.

Segundo o Centro de Integridade Pública (CIP, 2015, p.37), grande parte do fundo público é canalizado para áreas militares: ministério da defesa, casa militar, presidência da república, em detrimento de sectores sociais prioritários, de carácter emergente e assistencialista, ou de interesse público como é o caso de educação, saúde, agricultura, infraestruturas, assistência social entre outros.

Diante deste cenário, o CIP (2015, p.39) recomenda a criação de um gabinete especializado de pesquisa do orçamento, tanto em termos legislativos como em termos práticos (execução), garantindo que este organismo seja consultado antes da transferência de fundos do orçamento

promulgado, ou seja, antecedendo gastos quaisquer de receitas não esperadas e de fundos de contingência que não foram identificados no orçamento anunciado publicamente. Aliado a essa proposta, Marqueza (2017, p.114) defende que mesmo que a Assembleia da República tivesse um "gabinete especializado de pesquisa do orçamento", como sugere o CIP, para monitorar regularmente o Orçamento do Estado, a verdade é que, enquanto o partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) tiver a maioria dos deputados, o seu Governo continuará a gerir as contas públicas a seu belo-prazer.

Nesta ordem de ideia, Marx (s/d) *apud* Montano e Duriguetto (2010, p.33) defende que o Estado é um produto da sociedade civil (burguesia), expressa suas contradições e as perpetua. Ou seja, o Estado é a instância que diz representar o interesse universal, mas na prática, representa o de uma classe.

Assim a burguesia, ao ter o controlo dos meios de produção e ao ter o controlo sobre o trabalho no processo de produção, torna-se a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis (Montano e Duriguetto, 2010, p.37).

Sendo que a protecção social depende meramente de quem está no poder, pode-se deduzir que há falta de vontade política da parte do Governo moçambicano em implantar e implementar um sistema de protecção social consistente e sadio, que garanta, efectivamente, o acesso aos direitos sociais, tais como: a saúde, a educação, o transporte, o saneamento do meio, a habitação etc.

#### 4.2.2 *Déficit financeiro*

O déficit financeiro está associado à balança comercial de um país, e acontece quando suas importações são maiores que as exportações. Mas, também, ocorre quando nas contas públicas existem mais dívidas e despesas sendo pagas do que receitas sendo arrecadadas, como é o caso de Moçambique, que importa de forma exacerbada a produção sul-africana. Ademais, o financiamento das políticas públicas depende, meramente, dos países estrangeiros e organizações internacionais.

Segundo Marqueza (2017, p.135), Moçambique possui um enorme potencial inexplorado, abundantes recursos naturais (minerais, carvão, gás e agora petróleo) e 30 milhões de hectares de

terras aráveis não utilizadas. A sua localização geográfica dá-lhe importância estratégica regional.

Com isso, pode-se entender que o país é rico em termos de recursos minerais e rende divisas por meio de exploração desses recursos, através de empresas nacionais e estrangeiras. Mesmo assim, a sua economia é débil, ou seja, não dispõe de fundo público sólido, capaz de suportar o sistema de protecção social. Conforme alude Francisco (2009, p.48), nas actuais condições, mesmo que o Estado Moçambicano quisesse cumprir satisfatoriamente, o princípio da universalidade, consagrado no artigo 3 da Lei 4/2007 de protecção social, não teria recursos financeiros nem base económica para satisfazer tal objectivo.

O autor enfatiza a ideia de que o Estado não pode providenciar sistema de protecção social sadio, considerando que há déficite financeiro ou seja, a protecção social para a sua viabilização depende, meramente, de recursos financeiros, sem os quais, torna-se difícil abranger à todos cidadãos.

Assim sendo, o Estado moçambicano classifica-se como falido. Na óptica de Rico (2001) *apud* Francisco (2009, p. 56), o termo “falência” é usado para designar o tipo de Estado que se encontra em situação financeira falimentar, ou de insolvência e de incapacidade de cumprimento as suas obrigações financeiras. Falência, quando aplicada ao Estado, significa incapacidade de honrar suas obrigações, por suas dívidas serem superiores às suas receitas, existindo pois um passivo superior ao activo.

#### *4.2.3 Neoliberalismo*

O neoliberalismo é uma ideologia que vem sendo difundida desde os anos de 1970, trazendo consequências drásticas para a família e a sociedade no geral.

Para Novelo (2002, p.67) o neoliberalismo propõe o Estado mínimo, normativo e administrador, que não interfira no funcionamento do mercado, já que a sua intervenção, além de deformar os mercados de factores, produtos e activos, geraria espirais inflacionárias, segundo a lógica do conservadorismo neoclássico.

Neste âmbito, o neoliberalismo contribui, grandemente para a precarização da protecção social, uma vez que este ideário defende a não intervenção do Estado na economia, a privatização das empresas estatais, o individualismo, a liberalização do comércio, bem como a não intervenção nos assuntos sociais, em particular, na protecção social. Sendo que para eles, o papel do Estado deve se limitar em criar condições que favoreçam um ambiente ameno de negócios, de modo que os empresários alcancem o lucro e não, meramente, a provisão do bem-estar social.

Nesta ordem de ideias, Novelo (2002, p.68) defende que a proposta neoliberal global resume-se em exigir cada vez mais um maior mercado com um menor Estado, que significa a redução do gasto público para com os padrões de protecção social, deixando-a na responsabilidade de instituições filantrópicas religiosas e caritativas, de modo a evitar ociosidade nos trabalhadores e garantir a existência da mão-de-obra em sobra para o desenvolvimento do sistema capitalista.

#### *4.2.4 Fraca manifestação dos cidadãos em relação às injustiças impostas pelo sistema capitalista*

Os factos históricos provaram que a origem das políticas sociais, inclusive do Estado de bem-estar, está, intrinsecamente, ligada às manifestações da classe proletária. Segundo Toledo (2002, p.72), foram as lutas sociais e políticas do nascente proletariado do século XIX que pressionaram em direcção à igualdade política e à distribuição igualitária de bens, ou melhor, em direcção à abolição do capitalismo. Ou seja, devido às manifestações do proletariado, a classe dominante com intuito de manter a sua hegemonia capitalista, preferiu "entregar o anel para não perder o dedo", isto é, cedeu pequenos benefícios à classe proletária para reduzir a sua capacidade revolucionária.

O direito à manifestação e/ou reivindicação está plasmado na Constituição da República de Moçambique, no artigo 51: "todos os cidadãos têm direito à liberdade de reunião e manifestação nos termos da lei". Mas a realidade tem mostrado o contrário, o que deixa a desejar.

O Estado moçambicano usa a força policial e militar para inibir o direito à manifestação, violando, deste modo, a lei mãe que rege o país. A título de exemplo, o CIP no ano de 2019 promoveu uma campanha sobre o "não pagamento das dívidas ocultas", através do qual os

cidadãos dirigiam-se à sua sede, recebiam camisetas com o *slogan* "Eu não pago as dívidas ocultas" e gravavam vídeo que, por sua vez, era publicado na sua página oficial do *Facebook*.

O Estado, por sua vez, tendo tomado conhecimento da campanha que despertava a consciência dos moçambicanos, mobilizou a força policial e militar para inibir o acto, cercando a sede do CIP e levando as camisetas dos que de lá saíam. Este acto intimidou a organização inclusive os cidadãos e a campanha foi encerrada.

Com isso, pretende-se mostrar que, a fraca manifestação do povo moçambicano, contribui em grande medida para a precarização dos padrões de protecção social, pois "o silêncio dos oprimidos é a festa da classe dominante", mas, por outro lado, essa mesma classe é ameaçada pelo Estado a não exercer o seu direito de se manifestar, por meio do uso da força policial e militar, o que leva Marx (s/d) *apud* Montano e Duriguetto (2010, p.34) a classificar o Estado como instrumento de dominação de uma classe. Ademais, para Marx, a revolução exigia a ascensão do proletariado, à frente de um arco de forças anti burguesas, ao poder político; a desestruturação do Estado burguês abriria a passagem à nova ordem social, um período de transição denominado socialismo (Netto, 1994, p.42).

Contudo, Toledo (2002, p.82) afirma que o neoliberalismo também se combina, no campo político, com o autoritarismo. Está vinculado à crítica, à igualdade, à democracia como igualdade política que leva os economicamente improdutivos a participar de decisões políticas que são impostas aos produtivos. Ademais, o Estado neoliberal pode significar Estado menos proprietário e interventor na economia e na previdência social mas, não, necessariamente um Estado politicamente fraco.

#### **4.3 Mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias da comunidade de Mabotine**

Nesta secção pretende-se apresentar os mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias da comunidade de Mabotine. Anteriormente, os dados revelaram, claramente, que os moradores desta comunidade não têm conhecimento dos programas de protecção social formal, ademais, são excluídos e/ou marginalizados, influenciado pelos factores outrora descritos.

Na perspectiva de Guará (2010, p.14), a proteco social não está circunscrita apenas ao âmbito do Estado e apresenta-se, originariamente, nas relaoes da família e da comunidade. Não obstante, o Estado tem, entre suas responsabilidades fundamentais, a de oferecer políticas sociais que garantam a proteco social como direito e deve fazê-lo em conjunto com a sociedade, promovendo aoes que privilegiam as pessoas, as famílias e os grupos sociais que se encontram em situao de vulnerabilidade social.

O primeiro mecanismo de proteco social adoptado pelas famílias da comunidade de Maboline é o comércio informal, conforme aludem os seguintes dados:

*"Para sobreviver  essa minha banquinha. Faço negócio pra me sustentar e a minha família, vendo laranja, pão, doces, bolachas e outras coisas que podes ver a na banquinha kkkk" (Residente E, 42anos, 15/04/2021)*

*"Meu marido sai vai vender, eu também, saio vou vender. Meu marido vende esfregão, palha de aos, esponja e eu faço Mulina e vou vender no mercado" (Residente L, 32 anos, 16/04/2021).*

*"Tenho alguns negócios l e meu marido, também,  pedreiro. Vendo pedras de gelo" (Residente G, 26 anos, 15/04/2021)*

*"Estou a vender, vendo bebidas e refrescos" (Residente H, 36 anos, 15/04/2021)*

Outros, ainda, têm ido para a vizinha República Sul-africana, comprar produtos para revender no território nacional, a prática do famoso "Mukhero":

*"Faço meus negócios, às vezes viajo para África do Sul guevar [comprar a grosso] coisas e trago c, vender, ir pra lá, ir pra lá" (Residente I, 35 anos, 15/04/2021)*

Segundo Quive (2009, p.34), em Moçambique o sector informal caracteriza-se pela heterogeneidade dos seus operadores que se apresentam munidos de várias formas de actuao. Apresentam-se pois, como um mosaico de operadores cuja actividade é diversa, convergindo no entanto, dum modo geral, no fim último que é o lucro e, garantia a subsistência das famílias.

As famílias de Maboline não só praticam o comércio informal, mas, também o Xitique, que na óptica de Quive (2009, p.36)  uma forma de poupança, e muito mais usado na área de micro -

finanças. Porém, neste contexto é usado como parte dos chamados fundos solidários entre os participantes, com vista a fazer face as contingências presentes e futuras, nomeadamente, doenças, falecimentos, casamentos, maternidade e outras, dentro de um grupo social específico na comunidade, que tenha decidido juntar-se à volta de um determinado risco social. Para o caso das famílias de Mabotine, o Xitique praticado serve para satisfazer as despesas presentes, na perspectiva de suprir as necessidades de primeira ordem: garantir o pão diário ou sustento da família, pagar as contas correntes, educação das crianças, água, energia, transporte etc.

*"Vivo a maneira, mas costumo fazer Xitique com as minhas amigas, faço aquele de 100mt semanalmente, porque de 500mt não consigo" (Residente B, 30 anos, 15/04/2021)*

*"Faço Xitique também de 1000mt de domingo a domingo" (Residente T, 27 anos, 16/04/2021).*

Existem famílias na comunidade de Mabotine que dependem da ajuda, acções de caridade praticadas por alguns membros da comunidade, outras fazem biscates como forma de garantir a sua subsistência.

*"Tenho uma amiga que vive aqui assim, tem 3 filhos e não tem marido, para comer depende do apoio dos vizinhos. Na minha opinião o Estado devia ajudar com alguma coisa" (Residente C, 25 anos, 15/04/2021)*

*"Faço biscates, lavo roupas das pessoas aqui no Bairro, eles me procuram pra tal" (Residente P, 33 anos, 16/04/2021)*

*"Eu faço "phandhassos" aqui no bairro de carregar bidões de água " (Residente D, 26 Anos, 15/04/2021)*

Todos os mecanismos informais, ora, descritos, são tidos como redes primárias ou de protecção espontânea que, na óptica de Guará (2010, p.22), são aquelas que se organizam na perspectiva do apoio mútuo e solidariedade, como nas relações afectivas, de parentesco, de proximidade com amigos, vizinhos e nas relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade. Essas formas de rede são tecidas no quotidiano, estimuladas pelas demandas de apoio, convivência e, frequentemente, passam despercebidas pelos sujeitos que nela se inserem e se relacionam.

Para Santos (1993) *apud* Quive (2009, p.37) em resultado da fraca cobertura dos sistemas formais de protecção social, um grande segmento da população que é absorvida pelo sector informal no contexto da segurança social, recorre às estratégias ou aos sistemas informais de protecção social que, no fundo, são uma configuração de redes de interconhecimento, reconhecimento mútuo e de inter-ajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não comercial e com uma lógica de reciprocidade, como forma de fazer face aos riscos sociais que enfrentam no seu dia-a-dia.

#### **4.4 Avaliação do nível de satisfação dos mecanismos adoptados pelas famílias da comunidade de Mabotine**

Nas secções anteriores descreveu-se os factores que contribuem para a precarização dos padrões formais de protecção social, inclusive, identificou-se os mecanismos que as famílias da comunidade de Mabotine adoptam para proteger os seus membros contra as vicissitudes inerentes à vida humana. Nesta senda, pretende-se, neste subcapítulo, avaliar o nível de satisfação desses mecanismos.

As famílias da comunidade de Mabotine quando questionadas sobre eficácia e eficiência dos mecanismos informais de protecção social por elas adoptados, responderam nos seguintes termos:

*"Hiiii..., é aquela coisa de sacrifício né, tem que se sacrificar mesmo. Não é que satisfaz tudo não, veja até o tipo de casa em que estou, de caniço e quase a cair" (Residente L, 32 anos, 16/04/2021)*

*"Não aguento nada, não consigo satisfazer todas necessidades, ephaaa, basta conseguir comer só" (Residente A, 27 anos, 15/04/2021)*

*"Não dá nada, só, ephaaa, estamos a puxar" (Residente H, 36 anos, 15/04/2021)*

A pandemia da covid-19 veio agravar ainda mais a situação, uma vez que reduziu o poder de compra dos cidadãos e, algumas fronteiras foram encerradas como forma de conter a propagação

desta doença. Para os moradores que recorriam a África do Sul para comprar seus produtos e revender na comunidade, foram severamente afectados, como pode-se verificar nos depoimentos abaixo:

*"É assim mano, vender agora está difícil. Anos atrás eu fazia bem meu negócio e conseguia sustentar os meus filhos, e meu marido. Mas o Corona vírus está difícil, as coisas pioraram. Mesmo tentar txenecar nas amigas para repor a banca, não vale a pena porque o negócio não anda" (Residente U, 32 anos, 16/04/2021)*

*"Não dá pra muita coisa, é difícil. Está ver minha filha, vai fazer ensino secundário mas não sei se este ano vai estudar, não sei, por falta de condições, porque tudo quem ajuda sou eu e agora está difícil, por causa de fronteira da África do Sul" (Residente I, 35 anos, 15/04/2021).*

À luz dos dados obtidos e, anteriormente, expostos, infere-se que os mecanismos informais de protecção social adoptados pelas famílias da comunidade de Mabotine são inconsistentes e precários, ou seja, não satisfazem as necessidades destas famílias, devido sua ineficácia e o elevado custo de vida, cada uma vive à mercê da sua própria sorte.

Deste modo, Guará (2010, p.23) defende que o Estado, pela via de suas instituições e serviços, tem um papel importante no fortalecimento da comunidade e do capital social, isto é, na recuperação da confiança social hoje perdida. Ademais, as organizações da comunidade podem conferir legitimidade, confiança e efectividade aos serviços públicos instalados nos territórios da cidade. Infelizmente, não é o que acontece na comunidade de Mabotine.

#### **4.5. Implementação do Plano de Intervenção**

Nesta secção, são apresentadas as intervenções feitas pelo pesquisador com objectivos de garantir o bem-estar dos moradores da comunidade de Mabotine. O plano de intervenção tinha como primeira actividade, reunião com Director do SDGCAS de Kamubukwana e a mesma

aconteceu no dia 16 de Abril de 2021, no gabinete dos SDGCAS e contou com a presença de mais dois funcionários.

O director dos SDGCAS quando apresentado a situação das famílias da comunidade de Mabotine e o pedido de parceria no sentido de trabalhar com o pesquisador para a realização de visitas domiciliárias, o mesmo disse que não podia actuar sem a recomendação da Direcção do Género, Criança e Acção Social (DGCAS) da cidade de Maputo. Para tal, tinha que contactar a estrutura superior.

No dia 19 de Abril de 2021 decorreu a reunião com a Coordenadora do Género, Criança e Acção Social (CGCAS) da Cidade de Maputo, apresentou-se a situação das famílias, mas a mesma (coordenadora) alegou o seguinte:

*"Não se trata da nossa responsabilidade e não podemos actuar neste sentido". "Ademais, há um instituto que foi criado, que executa esses programas, envia uma carta para a delegação do INAS da cidade e expõe a situação".*

Segundo a Lei nº4/2007, no seu artigo 42, o Ministério do Género, Criança e Acção Social é quem superintende a SSB, e coordena as actividades e o INAS apenas executa. Em paralelo com o decreto n.º 21/2015, no seu artigo 26 ponto 3, alíneas d) e e) consagra que a Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social tem o papel de: d) Coordenar e supervisionar as acções de assistência e protecção social básica às pessoas e agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade; e) Coordenar o apoio social, material e moral às pessoas e agregados familiares em situação de vulnerabilidade

A DGCAS da cidade de Maputo representa o ministério a nível provincial e está acima da delegação do INAS da cidade. A grande questão que se coloca é a seguinte: por quê a CGCAS da Cidade recusou a responsabilidade e atribuiu-a a Delegação do INAS?

No dia 20 de Abril de 2021 submeteu-se a carta recomendada no INAS (em anexo no presente trabalho), explicando a situação da comunidade de Mabotine e pedindo parceria no sentido de trabalhar na comunidade de Mabotine com os funcionários da Delegação do INAS da cidade de Maputo, com intuito de providenciar serviços de assistência social às famílias de Mabotine, garantindo deste modo os seus direitos.

Na sequência do pedido do pesquisador, no dia 27/04/2021 decorreu o primeiro encontro com a Delegação do INAS da cidade de Maputo, onde expôs-se a situação das famílias de Mabotine, inclusive seu plano de intervenção que conta com a participação dos funcionários do INAS.

A Delegada do INAS da cidade não aceitou o pedido do pesquisador, de fazer visitas domiciliares as famílias da comunidade para a identificação das famílias vulneráveis e, concomitantemente, a inclusão das mesmas nos programas de assistência social, alegando o seguinte:

*"Esse trabalho quem faz é a base, o SDGCAS, nós apenas mandamos nossos funcionários para lá e dependemos daquilo que as estruturas micro nos dizem. Em todos bairros, o INAS tem um permanente (residente do bairro e, sem formação em Serviço Social) que faz a identificação dos vulneráveis e nos reporta, nós simplesmente vamos para lá actuar."*

Justificativa que mostra burocracia nas instituições sociais do Estado. O SDGCAS de Kamubkwana disse que dependia da DGCAS da cidade de Maputo, a mesma quando contactada, disse tratar-se da responsabilidade exclusiva da delegação do INAS da cidade de Maputo e o INAS, por sua vez, diz que depende da base. Ademais, este tal permanente que faz a identificação das pessoas vulneráveis no seu bairro não tem formação em Serviço Social e, muito menos, é funcionário do INAS, a pergunta que se coloca é: qual é o instrumento que usa para estudar as expressões da questão social e mobilizar o INAS para actuar?

A delegada salientou que a informação sobre os programas sócio-assistenciais tem sido divulgada aos chefes dos quarteirões e os mesmos fazem chegar à comunidade. A informação difundida às estruturas locais, não chega aos membros da comunidade, a título de exemplo, as famílias de Mabotine não conhecem esses programas e os critérios de elegibilidade, muito menos, deles se beneficiam. O SDGCAS e o INAS devem difundir a informação nas comunidades e não aos seus chefes, trabalhar, directamente, com a população, fazer entender, perfeitamente, pois os chefes dos quarteirões não têm competências para tal.

Ainda nesta senda, a delegada do INAS da cidade frisou que aceitaria trabalhar com o pesquisador caso o mesmo tiver fundo para a inclusão das famílias nos programas sócio-assistenciais: *"Queres trabalhar com o INAS para realizar visitas domiciliares nessas famílias e*

*caso o parecer social for favorável, incluí-las nos programas de assistência social, tudo bem, tens fundo para tal?"* Questionou a delegada.

Contudo, a excessiva burocracia e a deficiente divulgação da informação sobre os programas de assistência social e os critérios de elegibilidade, faz com que muitas famílias não acedam aos seus direitos.

No que tange à terceira actividade plasmada no plano de intervenção, o pesquisador de forma independente, realizou durante duas semanas algumas palestras, juntando grupo de 6 pessoas, devido a pandemia da covid-19, arrolando em torno dos programas de assistência social, procedimentos para se beneficiar dos mesmos, inclusive sobre a criminalidade, visto ser um fenómeno que, também, assola essa comunidade.

#### **4.6 Propostas para melhorias dos padrões formais de protecção social**

Após a análise e interpretação dos dados colectados ao longo da pesquisa, pode-se entender que Moçambique encontra-se num contexto de crise financeira e no capitalismo selvagem (contemporâneo/neoliberal), como constatou-se nas referências bibliográficas citadas no trabalho e que, contribui, grandemente, para a precarização dos padrões formais de protecção social. Nesta linha de pensamento, enquanto aspirante a Assistente Social, profissional crítico e interventivo, propõe-se as seguintes medidas e/ou acções para a melhoria das condições de vida e promoção de protecção social para todos cidadãos:

- O Estado deve apoiar os pequenos agricultores

A agricultura é uma das áreas relevante para o desenvolvimento económico. Não faz sentido, continuar a importar produto sul-africano enquanto o país tem terras aráveis e pouco exploradas.

O Estado deve criar mecanismos de escoamento de produtos dos pequenos agricultores, de modo a render divisas por meio de exportação da produção nacional, garantindo, deste modo, a balança comercial positiva e, concomitantemente, o aumento do PIB, que, por sua vez, vai constituir o fundo público;

- Promoção de campanhas de capacitação/mobilização dos cidadãos sobre a importância do pagamento de impostos.
- O Estado deve também explorar de forma racional os recursos existentes no território nacional, impulsionando a produção interna de bens de capital, o que exige a substituição de importações dessa natureza;
- Intensificar a cobrança de impostos nas empresas;

Todas essas propostas são de natureza economicista, também, porque o próprio fundo público que garante a viabilidade das políticas públicas (protecção social) depende, meramente, dessas actividades. Ademais, há necessidade dos cidadãos mobilizarem-se e começarem a reivindicar os seus direitos, pois assiste-se na história universal que a promoção de políticas sólidas e plausíveis é, grandemente, influenciada pelas lutas de classe proletária;

- O MGCAS, representado pelos SDGCAS de Kamubukwana e o INAS, juntamente com os Assistentes Sociais que trabalham neste sector, devem difundir os programas da SSB e os critérios de elegibilidade, pois grande parte dos moradores da comunidade de Mabotine, não tem conhecimento da sua existência. Não obstante, deve conceder fundos a essas famílias para abertura de negócios e estabelecer parceiras com outros ministérios, como é o caso do Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar para a concessão de insumos agrícolas e o Ministério do Trabalho para a empregabilidade de pessoas com capacidades para o trabalho.

Portanto, alavancando a economia, aumentando o PIB, abrindo espaço para a participação do Assistente Social, pode-se promover um sistema de protecção social sadio, sólido e consistente.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar os mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias da cidade de Maputo (2019-2021), concretamente, da comunidade de Mabotine. No decorrer da monografia, entendeu-se que a protecção social é importante em todas sociedades. As primeiras iniciativas foram tradicionais, garantidas pela família e mais tarde o Estado assumiu essa responsabilidade.

Devido a proliferação de ideias neoliberais na década 70, houve a redução do gasto público para com a protecção social no mundo e, suas consequências se fazem sentir na comunidade de Mabotine, sendo que não dispõe de infraestruturas escolares, de saúde, muito menos beneficiam-se dos programas de assistência social.

No trabalho foram alcançados os objectivos, previamente traçados, pois, foram descritos os factores que contribuem para a precarização dos padrões formais de protecção social em Moçambique, identificou-se os mecanismos informais de protecção social adoptados pelas famílias da comunidade de Mabotine, inclusive avaliou-se o nível de satisfação desses mecanismos.

Os dados da pesquisa confirmaram a primeira hipótese, de que as famílias da comunidade de Mabotine para sustentar os seus membros, num contexto marcado pela precarização dos padrões formais de protecção social, praticam algumas actividades informais, nomeadamente: o xitique e o comércio.

A hipótese foi confirmada na medida em que se verificou que muitos representantes dos agregados familiares praticam essas actividades para o sustento dos seus membros, outras famílias dependem da ajuda prestada por pessoas de boa vontade, residentes na comunidade e outros indivíduos fazem biscates como forma de garantir o seu sustento.

É imprescindível realçar que as famílias da comunidade de Mabotine são excluídas e/ou marginalizadas dos padrões formais de protecção social, não dispõe de infraestrutura de saúde e educação, inclusive o sistema de abastecimento de água é precário.

No que concerne à saúde, em caso de doença, algumas famílias recorrem ao Hospital Geral José Macamo e outras ao Hospital de Chamanculo. As doenças mais frequentes são as seguintes: malária, diarreia, cólera, devido a precariedade das condições sanitárias.

Entretanto, espera-se que o trabalho tenha contribuído para a compreensão dos mecanismos de protecção social que as famílias adoptam num contexto de crise e de não interferência estatal, sendo a responsabilidade do Estado, de criar políticas que garantam o acesso aos direitos sociais, nomeadamente: educação, saúde, habitação, assistência social, entre outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, Daniel Pereira. (2017). *O que é neoliberalismo: a renovação de debate nas ciências sociais*. São Paulo

Bavaresco, Letícia Rosa e Goin, Marileia. (s.d). *Instrumentalidade profissional do serviço social: as mediações da prática profissional*. Nova prata

Behring, E, R; Boschetti, I. (2011). *Política Social: fundamentos e História*. 9ª ed. São Paulo: Cortez.

Boito, Armando. (1999). *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo. Ed. Xamã

Bottomore, T. (1996). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.

Cerqueira, Jackson. (2008). *Uma visão do neoliberalismo: surgimento, actuação e perspectivas*. São paulo: Editora Santana

Centro de Integridade Pública (CIP) e a Organização International Budget Partnership (OIBP) *inquérito Sobre o Orçamento Aberto (2011-2015): relatórios de estudo e execução orçamental dos programas prioritários do governo de Moçambique*, Maputo: s/n, 2015.

Constituição da República de Moçambique (2004) Maputo: Escola Editora

Decreto n.º 21/2015. *Aprova a Estrutura Orgânica do Governo Provincial*. Maputo

Faria, Chico Francisco. (2019). *Processo de transição do socialismo para a economia de mercado (capitalismo ou neoliberalismo) em Moçambique*. Maputo

Feijóo, José Carlos. (2002) *O Estado neoliberal e o caso mexicano*. Cortez Editora. 3ª Edição. São Paulo

Francisco, António A. da Silva e Paulo, Margarida (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul.

\_\_\_\_\_ (2009). *Protecção social no contexto de um Estado Falido mas não falhado*. Maputo

Freitas, Sandra. (2014). *Uma visão sociológica sobre a Família*. Revista Leia S.F.F.Nr. 39.

Gil, António Carlos. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Editora Atlas S.A. 6ª Edição. São Paulo

Guará, Isa Maria. *Redes de protecção social* (2010). NECA. São Paulo

Guilamba, Casimiro Sabino. (2009). *Democracia e protecção social em Moçambique: uma análise dos avanços e desafios do aparato jurídico institucional a partir da década de 1990*. Florianópolis

Iamamoto, Marilda Vilela. (2008) *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora.

Laville, Christian; Dionne, Jeane. (1999). *A construção do saber: Manual de Metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artmed.

Lei nº10, de 10 de agosto de 2004 (2004). *Aprova a Lei da Família em Moçambique*. Boletim da República

Lemos, Carolina. (2009). *A (re) construção do conceito de comunidade como um desafio à sociologia da religião*. São Paulo

Marconi, Marina de Andrade ETall. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Editora Atlas S.A. 5ª Edição. São Paulo

Marqueza, Hinervo Chico. *Direitos Humanos em Moçambique: possibilidades e desafios à cidadania moçambicana*. 2017. 194f. Tese (Doutorado em Serviço Social) –Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Matusse, Olívia Maria. (2013). *Manual de Metodologia de Investigação Científica: Para a Elaboração de Monografias Escolares e Outros Tipos de Pesquisas Científicas*. 4ª Edição, Maputo.

Moçambique. LEI nº4/2007 de 7 de fevereiro. *Protecção social*. Maputo

Montano, Carlos; Duriguetto, Maria Lúcia (2010). *Estado, Classe e Movimento Social*. 1ª ed-São Paulo: Cortez.

Netto, José Paulo. (1994). *O que é Marxismo*. Editora brasileira.

Novelo, Federico. (2002). *Estado keynesiano e Estado Neoliberal*. Cortez Editora. 3ª Edição. São Paulo

Oliveira, NHD. (2009). *Família Contemporânea*. Editora UNESP; São Paulo.

Perruzo, Cecília M. (2009). *Conceito de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças*. São Paulo

Quive, Samuel. (2009). *Sistemas formais e informais de protecção social em Moçambique*.

\_\_\_\_\_ (2011). *Desafios da integração regional: a migração e o sistema de protecção social na SADC*.

Ribas, Cíntia; Fonseca, Regina (2008). *Manual de metodologia científica*. Curitiba

Rodrigo Guimarães Jardim <https://jus.com.br/artigos/26145/antecedentes-historicos-da-seguridade-social-no-mundo-eno-brasil>

Rudio, F. V. *Introdução ao projecto de pesquisa científica*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

Santos, Aline Tosta. (s/d). *A retomada da família na política social: avanços e retrocessos na protecção social*.

Teles, Nair; Nipassa, Orlando. (2011). *Pobreza, decifra-te! Estudo exploratório sobre o perfil socioeconómico e cultural dos moradores da comunidade de Mabotine, Bairro Luís Cabral*. UEM, Maputo.

Toledo, Enrique. *Neoliberalismo e Estado* (2002). Cortez Editora. 3ª Edição. São Paulo

Turner, Jonathan H. (1999) *A natureza e origens da sociologia*, in: *Sociologia, conceitos e aplicações*. Makronbooks, Brasil, editora Ltda.

# APÊNDICES

## GUIÃO DE ENTREVISTA

Saudações Prezado/a morador/a de Mabotine. Sou Isac Paço, estudante do curso de licenciatura em Serviço Social, na UEM. Estou a realizar uma pesquisa no âmbito do trabalho de conclusão do curso, com o seguinte tema: *Mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias da cidade de Maputo (2019-2021): estudo de caso da comunidade de Mabotine.*

Neste momento, encontro-me a recolher dados nesta comunidade. A participação na pesquisa não é obrigatória, mas peço imensamente a vossa colaboração no fornecimento de dados, pois é fundamental para a concretização dos objectivos do presente estudo. Ademais, os dados disponibilizados servirão apenas para fins académicos.

Desde já agradeço a vossa atenção!

### I. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

1. Idade \_\_\_\_\_ 2. Sexo \_\_\_\_\_  
3. Estado Civil \_\_\_\_\_ 4. Nível de Escolaridade \_\_\_\_\_  
5. Profissão \_\_\_\_\_ 6. Tipo de casa \_\_\_\_\_

### II. Protecção Social Formal em Mabotine

1. Há quanto tempo reside na comunidade de Mabotine?
2. Que conhecimento tem em relação aos programas de protecção social?
3. Os Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social de Kamubukwana têm divulgado os programas de assistência social e os critérios de ilegibilidade? Se sim, com que frequência?
4. Qual é a avaliação que faz da efectivação e consolidação dos programas formais de protecção social na tua comunidade?

5. Recebes algum apoio proveniente dos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social de Kamubukwana? Se sim, especifique

### **III. Mecanismos de Protecção Social Informal**

1. Quais mecanismos informais de protecção social adopta para garantir o sustento da sua família?
2. Quanto é que consegue por mês para o seu sustento e o sustento da sua família?
3. Na vossa opinião, esses mecanismos conseguem suprir as vossas necessidades de forma plena? Se não, por quê? Se sim, justifique
4. Sendo que a comunidade não dispõe de infraestrutura escolar, como tem sido a educação das crianças?
5. Em caso de doença, onde tem recorrido?
6. Quais são as doenças mais frequentes na vossa comunidade?
7. Na sua opinião, que tipo de apoio o Estado deve prestar para a melhoria das condições de vida aos moradores da tua comunidade?

## PLANO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

<b>Plano de Intervenção Social</b>					
<b>Nº</b>	<b>Actividades/Acções</b>	<b>Objectivos</b>	<b>Intervenientes</b>	<b>Local/Prazos</b>	<b>Obs.</b>
<b>1</b>	Reunião com o Director dos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção social de Kamubukwana	<p>- Apresentar a pesquisa, o âmbito em que se realiza e dar a entender que existem famílias na comunidade de Mabotine que se encontram excluídos dos padrões formais de protecção social;</p> <p>-Garantir a universalidade no acesso aos programas de segurança social básica.</p>	<p>-Pesquisador;</p> <p>- Director dos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção social de Kamubukwana;</p>	Escritórios dos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção social de Kamubukwana, durante dois dias.	
<b>2</b>	Visitas Domiciliárias às famílias da comunidade de Mabotine	<p>- Analisar as condições e modos de vida de várias famílias vulneráveis residentes na comunidade de Mabotine;</p> <p>- Mobilizar as instituições existentes para tal, neste caso, o</p>	<p>- Pesquisador;</p> <p>- Assistentes Sociais dos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social de Kamubukwana.</p>	-Comunidade de Mabotine, num período de uma semana.	

		SDGCAS e o INAS para aferir no terreno as reais condições das famílias participantes do estudo e, o posterior seguimento dos seus casos.			
3	Campanhas de divulgação dos programas de proteção social básica.	- Permitir maior conhecimento dos mesmos por parte das famílias vulneráveis residentes na comunidade de Mabotine e, por essa via, poderem lutar pelo acesso aos seus direitos.	- Pesquisador; - Assistentes Sociais dos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social de Kamubukwana; - Líder Comunitário.	Comunidade de Mabotine, durante 3 Semanas.	

## CARTA

**À direcção do INAS da cidade de Maputo**

Isac Domingos Araújo Joaquim Paço, Solteiro, nascido no dia 05 de Setembro de 1997, filho de Domingos Araújo Joaquim Paço e de Rita Graça GimoDiache, natural da Beira (Sofala), residente no bairro de Magoanine. Titular do BI nº110104628504J, emitido no dia 12/02/2018 pelo arquivo de identificação civil da cidade de Maputo. Sou estudante finalista do curso de licenciatura em Serviço Social na UEM e encontro-me a elaborar a monografia.

Nas últimas duas semanas, aquando da realização da minha pesquisa no bairro Luís Cabral sob o tema *Mecanismos de protecção social adoptados pelas famílias da cidade de Maputo (2019-2021): estudo de caso da comunidade de Mabotine*, os dados revelaram que os moradores desta comunidade não tem conhecimento dos programas de assistência social e muito menos os critérios de elegibilidade, ou seja, são excluídos e/ou marginalizados dos padrões formais de protecção social, sendo um direito do cidadão. Nesta ordem de ideia, excelência, venho por meio desta, manifestar essa preocupação e pedir parceria, no sentido do pesquisador juntamente com os funcionários do INAS, realizar algumas visitas domiciliárias e caso o parecer for favorável, integrar as famílias carenciadas nos programas da SSB, inclusive difundir os programas de assistência social e os critérios de elegibilidade, de modo que essas famílias acedam aos seus direitos.

Fico desde já disponível para vos fornecer qualquer outra informação que considerarem necessária para uma mais profunda e correcta compreensão do meu plano de intervenção social e os meus contactos são: 845534249/821373114.

Ciente de que a minha carta merecerá a devida atenção e apreciação da V.Excia, subscrevo com elevada estima e consideração. Com os melhores cumprimentos:

---

(Isac Paço)

Maputo, 20 de Abril de 2021